

» Entrevista | **JOSÉ SARNEY** | EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

# “Sem Constituição, não haveria transição”

Quarenta anos depois, o primeiro presidente civil após a ditadura narra o esforço de conduzir o país rumo à redemocratização

» ANA DUBEUX » DENISE ROTHENBURG » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

**A**os 94 anos, o ex-presidente José Sarney tem um motivo especial, em 2025, para reafirmar sua trajetória única na política brasileira. No próximo 15 de março, completam-se 40 anos de um capítulo dramático da história nacional: a posse como

presidente da República. Na véspera, o presidente eleito, Tancredo Neves, havia sido submetido a uma cirurgia de emergência no Hospital de Base de Brasília. Para Sarney, aquelas semanas foram críticas para a recém-renascida democracia brasileira. “Enfrentei problemas

quase intransponíveis”, relembra o ex-chefe do Palácio nesta entrevista ao Correio. Uma das frentes mais delicadas era com os militares. Sarney lembra-se de dois personagens importantes nessa jornada: Leônidas Pires, “o melhor ministro do Exército que já tivemos” e Ulysses

Guimarães. Em relação a este último, o ex-presidente lembra da recomendação expressa de se aprovar uma nova Carta Constitucional, em meio às ameaças institucionais. “Ulysses, sem Constituição, não tem transição, porque a Constituição é que vai marcar a transição”,

disse Sarney à época. São memórias como essas que justificam, segundo Sarney, uma intensa comemoração de quatro décadas de regime democrático sem hiato. “Estamos num caminho irreversível”. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Fotos: Cadu Ibarra/CB/DA Press

## Olhando toda a sua trajetória até aqui, como enxerga o Brasil de hoje?

Em primeiro lugar, eu, que sou um homem religioso, sou possuído de uma grande gratidão pela graça da vida que Deus me deu. Então, todos os dias, nas minhas orações, de manhã e de noite, a primeira coisa é agradecer. Vejo o Brasil com otimismo. Muitas vezes, todos nós temos certas dúvidas sobre o destino do país. E até começamos a duvidar daquela expressão usada por Stefan Zweig, que escreveu o livro “*Brasil, o país do futuro*”. Parece que é difícil a gente responder isso, quando a gente vê que ficamos muito atrasados na área de tecnologia. Tomamos uma decisão errada, de esperar sermos autossuficientes nessa matéria. O resultado é que nos atrasamos grandemente. Agora estamos verificando todo o mundo preocupado com a inteligência artificial, que é realmente o grande instrumento de mudança da civilização.

## E onde estão os avanços?

Nós já resolvemos alguns dos problemas mais difíceis que os países mais desenvolvidos não resolveram. Não temos problema de raça, de fronteiras, de religião, não temos problemas que significam grandes divisões da sociedade, coisa que países como os Estados Unidos, como a Europa, de uma maneira global, ainda não resolveram. E agora eles têm os problemas da imigração em massa. E o Brasil não tem esses problemas. Por outro lado, nós somos o continente que ainda não teve os seus anos dourados. Assistimos aos anos dourados da Europa, aos anos dourados da Ásia e, sem dúvida nenhuma, nós vamos assistir aos anos dourados da América do Sul.

## Estamos completando 40 anos de democracia, mas entramos em uma profunda polarização política. Como sair desse redemoinho?

Quando estive com Deng Xiaoping (o líder supremo da República Popular da China entre 1978 e 1992), perguntei: “Como o senhor vê os 50 anos futuros da humanidade?” E ele me respondeu: “Os senhores, do Ocidente, não sabem o que é o tempo. Nós aqui sabemos o que é o tempo”. Eu digo, evidentemente. Os chineses têm 6.000 anos de civilização e quase todas as conquistas. Nós tivemos algumas. Essa é uma coisa que eu aprendi com ele.

## O que isso traz para o contexto brasileiro?

A gente precisa ter a perspectiva do tempo. Nós tivemos 40 anos de democracia, estamos celebrando este ano a nossa volta ao regime democrático. E criamos instituições tão fortes que elas resistiram a dois impeachments e a uma tentativa de mudança de regime, como estamos vendo na apuração que está sendo feita pelo Supremo Tribunal Federal. Estamos num caminho irreversível. Nós não teremos mais, de maneira alguma, tipos de ações que nós tivemos. Acho até que os presidentes não sofrerão essas tentativas permanentes de golpe. Mas, para isso, temos um encontro marcado com uma mudança política profunda que no Brasil ainda não ocorreu. Temos que fazer essa reforma, que é muito difícil.



**Estamos celebrando a nossa volta ao regime democrático. E criamos instituições tão fortes que elas resistiram a dois impeachments e a uma tentativa de mudança de regime, como estamos vendo na apuração do Supremo Tribunal Federal. Estamos num caminho irreversível”**

## Qual reforma?

Uma reforma de caráter eleitoral, de caráter do próprio regime e com as experiências que tivemos. Precisamos evitar essas constantes instabilidades políticas que nós temos. E isso é muito da Constituição de 1988, que eu acho muito boa nos capítulos dos Direitos Humanos e dos Direitos Individuais e dos Direitos Sociais. Mas há alguns pontos que precisamos ver. Por um lado, essa capacidade de alterar a Constituição de modo mais rápida do que fazer um projeto de lei. Nós já temos cento e tantas emendas constitucionais. Por outro lado, há a judicialização da política, no momento que a Constituição permite que todo

mundo, a toda hora, faça uma proposta de inconstitucionalidade. E o Supremo vive abarrotado dessas propostas de inconstitucionalidade.

## Qual a consequência dessa disfuncionalidade?

Essa judicialização da política nos leva à politização da Justiça. Se nós levamos aos tribunais questões políticas para eles resolverem, evidentemente eles vão se habituando, como se habituaram, a resolver questões políticas. E daí, muitas vezes, podem cometer excessos que são muitas vezes apontados. Ultimamente, nós temos visto isso. E também a política deixa de ser um processo

normal, para ser um processo de apelo cotidiano ao Judiciário, para que ele possa resolver o que, em um regime normal, se lida dentro dos partidos políticos.

## Mas há problemas nos partidos.

De fato. Eles não têm democracia interna. Nós não temos vivência de partidos políticos. Basta dizer que é de 1946, a Lei Agamenon Magalhães, que nós voltamos a ter partidos nacionais. Antes, nós tínhamos partidos estaduais. Isso provocou um atraso muito grande em relação a países como Chile, Argentina, Uruguai. Eles têm partidos centenários, há uma grande vivência partidária e, por consequência, a formação de lideranças.

Nós, sem tradição partidária, não temos formação de lideranças. E hoje estamos sentindo essa falta.

## A ditadura também contribuiu para esse cenário.

A coisa pior que a revolução fez, sob o ponto de vista político, foi a extinção dos partidos. Porque, bem ou mal, eles eram uma escola de formação de liderança. E com essa extinção, queria estabelecer dois partidos por decreto, o Arena e o MDB. Sabemos que isso não existe. Por decreto não se cria, como não se resolve por decreto a inflação, também não se resolve por decreto a formação de liderança.



**A judicialização da política nos leva à politização da Justiça. Se nós levamos aos tribunais questões políticas, eles vão se habituando, como se habituaram, a resolver questões políticas. E daí, muitas vezes, podem cometer excessos. E a política deixa de ser um processo normal”**